

O PARADOXO EXISTENTE ENTRE A NORMA PRESCRITIVA E A CULTA

Manoel P. Ribeiro (UERJ, UNISUAM e ABF)

RESUMO

São vários níveis de linguagem. No estudo do português, como veremos, essa variedade no uso da língua também ocorre.

Na escola, o ensino da língua padrão do Português no Brasil vem sendo, há algum tempo, reavaliado pelos estudiosos. O principal foco das preocupações pedagógicas é, notoriamente, o ensino de gramática baseado numa norma culta escrita, que em diversos pontos não coincide com a realidade do dia-a-dia.

Neste artigo, discutimos pontos de vista divergentes, evitando-se, como tentam alguns, uma posição radical. Procuramos, assim, um equilíbrio que nos leve a soluções para o estudo do atual estágio do português do Brasil.

Palavras-chave: gramática, estudo do português.

INTRODUÇÃO

Todas as línguas de cultura sempre apresentaram vários níveis de linguagem. Os estudiosos de latim conhecem bem o problema, pois o chamado latim corrente, variedade coloquial ou popular do falar romano, apresentava uma grande variedade. Era o “sermo usualis” (a linguagem usual ou latim corrente). Assim, havia o latim familiar (das classes médias), o vulgar (das classes baixas, dos escravos), o de gíria (militar, de marinheiros, etc), o provincial. No estudo do português, como veremos, essa variedade também ocorre.

O ensino escolar de Língua Portuguesa no Brasil vem sendo, há algum tempo, questionado por grande número de estudiosos. O principal foco das preocupações pedagógicas é, notoriamente, o ensino de gramática baseado numa norma culta escrita, que em diversos pontos não coincide com a realidade do dia-a-dia.

A questão é bem complexa e tem levado a exageros de ambas as partes: dos que defendem o ensino prescritivo e o dos que consideram esse trabalho como algo totalmente afastado da realidade, chegando alguns a chamar essa linguagem como a “língua do poder”, imposta por uma minoria e que, portanto, não consegue atingir a grande massa dos que frequentam a escola.

Na linha prescritiva, ressurgiram os “consultórios gramaticais”, em que aparecem problemas gramaticais ou ortográficos isolados, descontextualizados muitas vezes. Nos jornais e mesmo no rádio e na televisão, observam-se tentativas de se ensinar, em variados exemplos, uma norma que, por falta de um conhecimento lingüístico consentâneo com a realidade atual, praticamente não está sendo utilizada nas diversas situações do falante.

Seguindo uma longa tradição gramatical, até mesmo grandes nomes, como Sílvia Elia e Hamilton Elia (*100 textos errados e corrigidos – como escrever corretamente* (1979:11) publicam obras, justificando que a correção “serve como processo de retificação da aquisição de conhecimentos, de revisão e complemento dos estudos já realizados. Do ponto de vista da técnica de seleção apresenta

ainda uma grande vantagem: é um processo rigorosamente objetivo de verificação de conhecimentos”.

A listagem seria exaustiva, por isso preferimos restringir-nos a alguns nomes. Por outro lado, o preclaro professor Evanildo Bechara vem combatendo o exagero de inúmeros autores. Em *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* (1993: 5/7), examina todos os aspectos do ensino de português no Brasil, afirmando, logo no primeiro capítulo, que há três ordens de crises independentes, mas estreitamente relacionadas que acabam desaguando na ação da escola: 1) o aluno, limitado a um saber lingüístico prévio, não é levado a desenvolver esse potencial; 2) a segunda crise está na universidade, pois a lingüística ainda não conseguiu constituir-se definitivamente, desdobrando-se em diversas lingüísticas. Conclui, dizendo que as teorias lingüísticas ainda não desenvolveram uma descrição funcional-integral do saber elocucional, do saber idiomático e do saber “expressivo”; 3) a terceira se encontra na escola que, ao não proceder as distinções necessárias entre gramática geral, gramática descritiva e gramática normativa, leva o professor para os dois primeiros tipos, passando a desprezar a normativa, que, no seu modo de ver, deveria ser o objeto central de sua preocupação, desprezando-se, em conseqüência, um grande número de atividades “que permitiriam levar o educando à educação lingüística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático”.

Bechara se vale, em seus pontos de vista, principalmente das lições de Coseriu (1980: 93), que estabelece, em resumo, um quadro mostrando os três níveis da linguagem:

	Pontos de vista:	ένέργεια	δύναμις	ἔργον
Níveis:	atividade	saber	produto	
-nível universal		falar em geral	saber elocucional	totalidade do “faado”
-nível histórico		língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
-nível individual		discurso	saber expressivo	“texto”

Do outro lado, criticando essa forma tradicional de ensino, o escritor Marcos Bagno, em *Português brasileiro* (2001: 9), tem-se mostrado inteiramente contrário à visão prescritiva, afirmando:

Ensinar português, sob essa ótica, é transmitir – consciente ou inconscientemente – uma ideologia lingüística que prega a incompetência da grande maioria dos brasileiros em falar “a língua de Camões”, que acusa todos eles de contribuírem desastrosamente para a “ruína do idioma”.

Não podemos esquecer a posição de Sírrio Possenti em *Por que (não) ensinar gramática na escola* (1996). É importante realçar que os autores de críticas à norma culta, em seus trabalhos acadêmicos, dificilmente se afastam do ensino prescritivo, ao estabelecerem seus conceitos sobre o assunto.

Mário A. Perini, em *Sofrendo a gramática* (2000: 49), diz:

Eu diria que o ensino de gramática tem três defeitos, que o inutilizam enquanto disciplina: primeiro, seus objetivos estão mal colocados; segundo a metodologia adotada é seriamente inadequada; e, terceiro, a própria matéria carece de organização lógica. O leitor perguntará, provavelmente, o que é que sobra de bom, se a disciplina está torta sob esses três pontos de vista tão fundamentais. A resposta é: sobra aquela disciplina da qual todos nós lembramos com arrepios de horror.

Por isso muitos indagam como a escola pode amoldar-se às experiências de mundo do aluno e o que ela pode ou deve fazer para diminuir essa diferença entre a sua linguagem e a do aluno. Procura-se também saber como o educando elaborará um texto escrito com coesão e coerência, a partir de elementos de sua linguagem. Tenta-se, ainda, verificar as diferenças entre a linguagem oral e a escrita, para orientar mais adequadamente o aluno no seu aprendizado da língua materna.

Assim, hoje a preocupação com os estudos da variação lingüística é bem acentuada. Segundo Herculano de Carvalho, em *Teoria da linguagem*, tomo I, (1970:291/293), sabemos que o saber lingüístico, sendo individual, é, concomitantemente, interindividual, comum a muitos, o que os capacita para a comunicação entre si e também para em conjunto realizarem uma comunidade.

Mas, nas diversas comunidades lingüísticas, verificam-se as diferenças entre os diversos grupos que interagem, podendo até a chegar a uma dissimilitude, que depende da maior ou menor intimidade dos laços que entre si unem os indivíduos. Assim, verifica-se que, quanto mais íntimo for esse laço, quanto maior for o convívio, maior será a semelhança nos modos de comportamento social. Nesse contexto, a linguagem é uma das formas de comportamento e varia no meio de uma comunidade extensa. Um determinado grupo, unido pelo convívio contínuo, apresentará, por isso, modos de falar muito semelhantes ou idênticos, distinguindo-se do de outros, ligados em outros grupos de apertada convivência.

Surge, dessa forma, o conceito de *variedades lingüísticas*. Observa-se que, numa comunidade lingüística mais ou menos extensa, existe a diversidade, constituindo-se a “unidade na variedade e a variedade na unidade”, na expressão de Shuchardt. Para estudar a necessidade de verificar o uso regional, as variações sociais e os níveis de língua, além das variações estilísticas, a Lingüística, a partir principalmente da década de 1960, passou a interessar-se por esses estudos que, hoje, apresentam um número expressivo de trabalhos publicados. Essa tarefa cabe ao que se denomina de Sociolingüística, cujos princípios básicos veremos a seguir.

CONCEITUAÇÃO DE SOCIOLINGÜÍSTICA

No *Dicionário de Lingüística e Fonética*, de David Crystal, de Jorge Zahar Editor (1985: 243), vemos, em linhas gerais, o objeto de interesse da Sociolingüística,

que é um “*ramo da Lingüística que estuda todos os aspectos da relação entre língua e sociedade*”. Os sociolingüistas pesquisam questões como a 1) *identidade lingüística dos grupos sociais; as atitudes sociais em relação à língua, as formas-padrão ou não-padronizadas da língua; 3) os esquemas e necessidades dos usos da língua nacional; 4) as variantes sociais e os níveis da língua; 5) a base social do multilingüismo*, etc. Um nome alternativo para o assunto (que sugere uma preocupação maior com as explicações sociológicas, em detrimento das lingüísticas, para as questões acima) é *Sociologia da linguagem*.

Os trabalhos sobre sociolingüística, como vimos acima, motivaram uma polêmica contra a gramática normativa no ensino de nossa língua. Muitos autores têm publicado obras que procuram defender uma liberdade ilimitada de expressão verbal. No ensino primário, principalmente, a passagem da linguagem transmitida para a adquirida tem de ser feita com extremos cuidados, lembrando-se o professor de que a situação da fala é quase sempre diferente da que ocorre na escrita.

Bechara (op. cit.: 61), com sua incontestável autoridade, faz críticas severas a professores de português que, entrosados com as idéias de Saussure, Hjelmslev e Jakobson, utilizam “*uma série de construções em péssimo português, algumas das quais nocivas à própria eficiência da comunicação. Não se trata do “rancismo” gramatical, mas de pequeninas noções como conjugação verbal ou emprego de pronomes*”. Acrescenta o mestre que, hoje,

“*conviver com os bons autores, antigos e modernos, é tido como sinal de cafonice e, com isso, o padrão da língua culta vai sendo esquecido por aqueles que a deveriam saber por profissão*”. E arremata afirmando que “*esse tipo de lingüística, entre nós, fez soçobrar a filologia; ao contrário, aliás, do que acontece nos países onde a verdadeira lingüística está em pleno apogeu*”.

Em *Estrutura da língua portuguesa* (1977: 5), Mattoso Camara nos diz que a “*língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o lingüista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa*”. Assim, continua o lingüista:

...a gramática normativa depende da lingüística sincrônica, para não ser caprichosa e contraproducente. A gramática normativa tem o seu lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer lingüística sincrônica, ou gramática descritiva com preocupações normativas.

É preciso conhecer a causa profunda de certos procedimentos, para poder combatê-lo na gramática normativa, mesmo quando convém a correção de um procedimento lingüístico, quando marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista social ou prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de

compreensão ou ainda quando cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado. Além disso, a norma não pode ser uniforme ou rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica. O professor, por exemplo, não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como em sala de aula. Mattoso Camara, cujas lições ainda são discutidas com grande interesse, acrescenta outros argumentos de peso (p. 6):

Quando o lingüista sincrônico se insurge contra o gramático normativo ou o professor de língua, isto ocorre porque se desobedece a três preceitos. Impõem regras praxistas como sendo lingüísticas. Corrigem às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico que se quer corrigir e com isso cria-se confusão e distúrbio. Partem do princípio insustentável de que a norma é sempre a mesma, fixando-se um padrão social altamente formalizado como o que convém sempre dizer.

Para ele, a solução é conhecer os princípios gerais da lingüística. Deve-se ter o apoio, então, de uma gramática descritiva desinteressada de preocupações normativas. Tendo em vista a variabilidade no espaço e na hierarquia social, ou num mesmo indivíduo conforme a situação em que se acha, a gramática descritiva deve escolher o seu campo de observação. No ensino escolar, não tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou regional. Muito menos haverá um uso elaborado e sofisticado. Partirá do uso falado e escrito considerado “culto”, ou melhor dito, adequado às condições formais de intercâmbio lingüístico.

Para Saussure, a língua é um fato social, no sentido de que é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social. Em 1956, Marcel Cohen publicou o livro *Por uma sociologia da linguagem*, afirmando que os fenômenos lingüísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sociais.

Benveniste mostra que “a linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular”. Logo, língua e sociedade não podem ser concebidas uma sem a outra. Afirma, ainda, que a língua dá forma à sociedade ao exibir o semantismo social, que consiste, principalmente, de designações, de fatos do vocabulário. O léxico se apresenta como uma fonte importante para os estudiosos da sociedade e da cultura, pois retém informações sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos.

Maria Emília Barcelos da Silva, em *O dinamismo lexical – o dizer nosso de cada dia* (2000: 142), nos ensina que o léxico de uma língua constitui-se do saber vocabular de um grupo sociolingüístico e culturalmente definido: é o conhecimento partilhado que povoa a consciência do falante.

AVARIAÇÃO LINGÜÍSTICA – um recorte

Todas as línguas do mundo são continuações históricas. As sucessivas

gerações legam a seus descendentes o domínio de uma língua particular. Por isso, não podemos dispensar o estudo diacrônico, pois há fatos que se renovam e outros que continuam a acontecer nos variados registros. Como exemplo, podemos citar o uso do vocábulo “homem” para indeterminar o sujeito, na fase arcaica: E pode *homem* ir de Santarém a Beja... Hoje: Pode-se ir de Santarém a Beja. Há fenômenos prosódicos que se repetem até hoje: o desaparecimento do proparoxítono na fala popular desde a implantação do latim vulgar: arve, Petrópolis, Teresópolis, corgo. Veja-se: integru > intégru > inteiro; mas: íntegro (cultismo), palavra erudita retirada diretamente do latim clássico por necessidade cultural. Parabola > palavra (forma popular); parábola > parábola (forma erudita). A dissimilação do /r/: próprio > própíio (que se conservou no espanhol).

De uma forma geral, podemos descrever as variedades lingüísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática). A variedade geográfica se relaciona com as diferenças lingüísticas distribuídas no espaço físico, observadas entre falantes de origem geográficas distintas. Brasileiros e portugueses se distinguem em alguns aspectos: Estou a falar/ estou falando; Ele não *mo* disse./ ele não *me* disse. No plano lexical: paragem/ parada; atendedor automático/secretária eletrônica; bicha/fila (Os que pretendem furar a fila em Portugal, recebem logo uma repreensão: “Vá para o rabo da bicha!”); no plano morfossintático, vemos o emprego dos pronomes si e consigo como não-reflexivos: Vamos cuidar de si/ Vamos cuidar de você. Já em Camilo Castelo Branco se observam os dois empregos de consigo, como, por exemplo, em “Traga consigo o material”/ “Quero falar consigo”. No plano fonético, ouve-se Antônio em lugar do nosso Antônio.

Os habitantes de um lugar falam de modo diferente em função de sua origem regional, de sua classe social, de suas ocupações, de sua escolaridade e também da situação em que se encontram. Na Bahia: [doidzu], em pessoas do interior, bem como *cozinha* [kuN'zia] – indica a origem social e a pouca escolaridade. Segundo a situação, poderá dizer-se “Fiquei retado” ou “Fiquei aborrecido”. A expressão “de primeiro” [di primero], em lugar de *antigamente*, *anteriormente*, é própria na Bahia em populações de origem rural. Do dicionário de *Gíria baiana*, de Alexandre Passos (1973), temos: *baile sifilítico* - Festa dançante de pobre, com poucas iguarias para oferecer, predominando a confusão e a cachaça de má qualidade. *Porreta* - destemido, exato. *Deslambida* – Mulher esquecida de si mesma, sem graça. Tomando-se a comunidade de fala de língua portuguesa como um todo, podemos nos referir às variedades brasileira, portuguesa, baiana, curitibana, rural paulista (caipira), etc.

Ocorrem, ainda, variações de estilo, chamadas de diafásicas, denominação cunhada por Eugênio Coseriu, à semelhança dos termos diatópica e diastrática, para designar as variedades estilísticas entre os diversos tipos de modalidade expressiva (do grego diá e phásis “expressão”).

Numa variação lingüística, concorrem os fatores: 1) *classe social*: Ninguém não viu/ eu nem num gosto; uso da vibrante em lugar da lateral em grupos consonantais: Framengo, Rádio Grobo ; 2) idade: termos usados pelos jovens - *maneiro* [manero], com eliminação do ditongo, *esperto*, *chocante*...; 3) *sexo*: emprego freqüente na fala de mulheres de diminutivos: bonitinho, vermelhinho, gostosinho; duração de vogais como efeito expressivo: amooooor!; 4) situação ou contexto social qualquer pessoa pode mudar sua fala de acordo com os seus interlocutores, se o emissor se dirige a um velho ou a um superior hierárquico, ou se está num bar; o tema da conversa também determina o tipo de discurso: se o “papo” é sobre mulher surgem muitas hipóteses.

Conferências, entrevistas para obtenção de emprego, contato entre vendedores e clientes são, em geral, vistos como situações formais. Já as passeatas, bate-papo em bar, festas em geral são definidas como informais. Os indivíduos de uma comunidade precisam saber quando devem mudar de uma variedade para outra: “Não vai ser possível” x “Tô fora”.

O PARADOXO ENTRE A NORMA PRESCRITIVA E A CULTA

Em seu mais recente livro - *Que gramática ensinar na escola?* (2003) – a professora Maria Helena de Moura Neves discute os conceitos de usos e norma na língua portuguesa. Para ela, há três temas básicos para uma aplicação da gramática na escola: *língua*, *norma* e *padrão*. A língua existe na interação lingüística, ou seja, no uso; por isso, a atividade escolar precisa dar atenção aos usos e aos usuários. Assim, a língua não é um sistema uno, mas, como já afirmamos, um conjunto de variantes. Não devemos, por conseguinte, conceber um padrão lingüístico modelar. A variação não pode ser considerada um desvio ou erro, como a mudança não é uma degeneração. Dessa forma a heterogeneidade não deve ser tomada como recurso para atuações menos legítimas.

Em sentido amplo, identifica-se a existência de norma lingüística, o de “normalidade”, bem como o conceito, em sentido restrito, de norma lingüística como “normatividade”, ou seja, de “norma-padrão” ou “norma culta”. Isso envolve, em qualquer caso, uma noção de estatuto lingüístico e, principalmente, sociopoliticocultural. As diversas normas se interpenetram, sendo a língua um conjunto de variantes. Portanto, não se admite um trabalho escolar com preconceitos e com discriminação. A autora acrescenta que “*entretanto não pode ser esquecido o fato de que o mesmo perigo é oferecido pelo próprio reconhecimento de variação lingüística, se nesses reconhecimento se abrigar valoração*”.

Um padrão lingüístico fora da observação dos usos não representa um padrão real. Um compêndio gramatical não pode restringir-se à descrição de um padrão

irreal e, assim, de estatuto ilegítimo. A grande dúvida a solucionar é entender como a língua-padrão deve ser estabelecida. Se nos apoiarmos nos manuais tradicionais, temos de indagar como foram instituídas essas regras. Em geral, informa-se que a norma é a da literatura, dos bons escritores. Isto nos leva a transferir a decisão de escolha para uma avaliação que ainda não foi realizada e que dificilmente poderá ser assentada sem equívocos.

Há diversos trabalhos acadêmicos sobre a variação. Abaixo, salientamos alguns.

De Ronald Belini, temos de *Variação lingüística*, com o autor indagando, de início “*O que se quer dizer com as “línguas variam”?*” De Rosa Virgínia Mattos e Silva, observa-se o tema *Variação, mudança e norma* (Movimento no interior do português brasileiro). João Wanderley Geraldi (“*O Ensino da unidade na diversidade lingüístico-cultural*”), sobressai-se “A questão das variedades lingüísticas”. O autor salienta que “*é a escola o primeiro lugar público em que o aluno se expõe (ou deveria se expor) como locutor*”.

Dino Preti, um dos primeiros a tratar com maior profundidade o problema da diversidade, partindo de usos de escritores brasileiros, examina o tema “*O ensino de Língua Portuguesa: na encruzilhada entre a escrita e a oralidade*”. Antes, o professor Gladstone Chaves de Melo criticou os opositores da linguagem renovadora de José de Alencar, escrevendo “*Alencar e a “língua brasileira*”.

Luiz Antônio Marcuschi, em “*Concepção de língua falada nos manuais de Português de 1.º e 2.º graus: uma visão crítica* (O homem é um ser que fala) (1997:39), diz que a “*fala é uma atividade muito mais central do que a escrita no dia-a-dia da maioria das pessoas*”. No entanto, as escolas dão atenção praticamente só à escrita.

A NORMA LITERÁRIA NO MODERNISMO BRASILEIRO

No Brasil, além dos autores supracitados que defendem na atualidade uma mudança de tratamento na aplicação escolar da língua portuguesa, examinaremos, por ordem cronológica, a obra de três pesquisadores.

O primeiro é Luiz Carlos Lessa com “*O Modernismo brasileiro e a língua portuguesa*”, cuja primeira edição é de 1966, da Fundação Getúlio Vargas. A segunda edição surgiu em 1976, pela Grifo Edições.

Coincidindo, praticamente, com o início dos trabalhos da lingüística americana da variação lingüística, a obra, de mérito inestimável, aponta um número expressivo de exemplos em que a heterogeneidade dos fatos gramaticais é notória. O autor toma como ponto de partida a Semana da Arte Moderna, de 1922. Pesquisa as obras de dez escritores “dos mais representativos das nossas letras contemporâneas”: Carlos Drummond, Ciro dos Anjos, Dinah Silveira de Queirós, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Mário de

Andrade, Raquel de Queirós e Tasso da Silveira.

Seu propósito era o de que se elaborasse uma Gramática Brasileira da Língua Portuguesa. O professor suprimiu um capítulo sobre colocação de pronomes oblíquos átonos, que serviria para uma futura tese, ficando apenas com um capítulo em dois tópicos. Declara, por fim, que não deseja fazer apologia do movimento modernista, mas apenas mostrar tendências da língua literária, apesar de mostrar, por outro lado, que o modernismo prestou inestimáveis serviços às nossas letras.

Descreve, ainda, a dicotomia língua falada / língua escrita, já que, normalmente, ninguém escreve como fala. Também salienta que essa oposição se manifesta em matizes diversos, tipos vários, facilmente distinguíveis. Afiança que a elaboração de uma gramática expositiva ou normativa há de ter por base a linguagem culta, principalmente a língua literária, pois esta permanece como uma espécie de língua-padrão, colhendo-se ali os exemplos abonadores das normas gramaticais. Critica conceitos como as íntimas relações entre o lógico e o certo.

Da pesquisa, o professor salienta, do ponto de vista filológico, que, na literatura modernista, há três grandes tendências: 1) tornar mais nítida a delimitação entre os domínios da língua escrita e da falada, com o acolhimento de termos, expressões e fenômenos sintáticos peculiares à linguagem corrente; 2) considerar irreprimíveis certas divergências, no campo da sintaxe, que ocorrem nos padrões do português do Brasil e de Portugal, incorporando-se, sem titubeios, essas construções nossas nas gramáticas brasileiras; 3) combater, inflexivelmente, o purismo. Poder-se-ia, ainda, apontar uma aproximação da língua escrita à falada, como ocorre em escritores mais recentes como Fernando Sabino e João Antônio, por exemplo.

Em resumo, o autor propõe que, se é o povo quem faz a língua, devemos, tanto quanto possível, aproximarmo-nos do “*linguajar corrente e refletir, com fidelidade, as variantes regionais*”. (p. 29) No levantamento do vocabulário, o autor relaciona termos da linguagem puramente familiar, como chaleirar, calote, fiteiro, gagá, lorota, potoca e tantos outros, e ainda muitos do linguajar plebeu, como bunda, merda, mijada, mijo, puta, etc. Informa que os termos dicionarizados são, em grande maioria, brasileirismos. Sobre os termos chulos não devemos esquecer a obra de Dino Preti: *A linguagem proibida* (1984).

Na sintaxe, onde se notam as maiores divergências entre a norma prescritiva e a culta, o professor Lessa seleciona três itens considerados os mais frequentes nos escritores: 1) Colocação “irregular” de pronomes átonos, em que se vêem alguns períodos iniciados por esses pronomes: **Me** encantava com a notícia dessa engrenagem das usinas (J.L. do Rego, 63) / **Me** lembro de uma fase Musset... (M. Bandeira, 38); 2) colocação “irregular” em locuções verbais, com o pronome entre dois verbos, transplantando-se para a língua escrita a modulação da frase brasileira, ao contrário do que acontece com a portuguesa: “*Estout’falando*”, dirá o português. Estou *ti-escutando*, responderá o brasileiro”. Um exemplo: “A casa tinha se

esprimido ali, fugindo à perseguição de quarenta anos”. (Drummond, 38); 3) próclise ao gerúndio e ao infinitivo. Aqui Lessa condena a regra das gramáticas, no emprego do gerúndio, mesmo simples, em que se prescreve que, não vindo regido da **preposição em**, o gerúndio virá com o pronome enclítico. Coletou centenas de exemplos contrários a essa norma, como em “Margarina e Maria Paula estariam **diante do espelho, se** ajeitando para ... (J.L. do Rego, 72). Em suma, é um notável trabalho, que marca uma época na literatura brasileira.

Como nosso propósito é revelar algumas das principais tendências da norma culta, passaremos a verificar algumas posições expostas por Raimundo Barbadinho Neto em *Sobre a norma literária no Modernismo*.

O Modernismo irrompeu como “um movimento acima de tudo “anti”, por isso muitos se insurgiram contra práticas antigas, principalmente no uso da linguagem. Raul Bopp, afirma que “A reação modernista de 1922 desviou-se das formas habituais de expressão”. Para Érico Veríssimo, a revolução de 1922 “*condenara à morte a frase feita, o lugar-comum, a sintaxe lusa tão bem representada no Brasil por Coelho Neto, e toda uma coleção de imagens e processos que haviam feito a glória de várias gerações de escritores daquém e dalém mar*”. Barbadinho encerra sua introdução dizendo que, entre os modernistas, sempre houve “MAIS REBELDIA NOS GESTOS QUE NAS OBRAS”. Previne que irá examinar principalmente a morfossintaxe, sempre sob o aspecto puramente acadêmico da gramática, em pontos que ofereçam interesse mais vivo.

Assim, comenta o emprego adverbial do vocábulo meio, que “*na linguagem hoje corrente fica sempre invariável, sem se deixar envolver pelas flexões do substantivo a que se refere, a menos de Mário de Andrade, que prefere tratá-lo como palavra variável*”: “(Dona Laura) usava penteadores e vestidos de seda muito largos(...) *Meia* mal-acabada (p.17). Dona Laura ficara *meia* incomodada”. (p. 138).

Finalmente, vem o trabalho de Maria Helena de Moura Neves, que se tem revelado uma pesquisadora de méritos incontestáveis, com as publicações principalmente de: 1) *Gramática de usos do português* (2002); 2) *Guia de uso do português* (2003), ambos publicados pela UNESP.

O segundo livro se apóia num *corpus* de oitenta milhões de ocorrências do português escrito contemporâneo do Brasil, com textos dos tipos romanesco, oratório, técnico-científico, jornalístico e dramático, o que garante, segunda a autora, grande representatividade.

A obra visa, em primeiro lugar, a “*informar exatamente como estão sendo usadas pelos falantes as formas da língua portuguesa*”. Diz, ainda:

...que o uso pode contrariar as prescrições que a tradição vem repetindo, e o falante – particularmente aquele que usa de modo

especial a linguagem nas suas atividades profissionais terá de conhecer os dois lados da questão: o modo como os manuais normativos dizem que “deve ser” ou “não deve ser” e o modo como, realmente, “é”. (p.13)

Realça que o leitor poderá, em determinada situação, decidir-se pelas normas tradicionais, ou, com benefício para a eficiência comunicativa, optar por uma construção com maior frequência. Revela que um determinado modo, recomendado como padrão por todos os livros normativos, não ocorre uma única vez em corpus tão extenso e representativo.

A afirmativa de que a língua não possui variação (ou é certo ou errado) e de que não ocorre mudança (se um dia “era”, hoje “é”) deve ser hoje repudiada, pois os usuários têm o direito de saber a verdade sobre os usos da língua. A autora não nega, absolutamente, o valor da norma-padrão e a necessidade de sua divulgação. O conhecimento das regras, confrontadas com a situação real de uso, determinará que o usuário faça suas escolhas para melhor desempenho lingüístico, para ser eficiente e socialmente adequado. Por isso, rejeita-se a prescrição cega, rejeitando-se também o vale-tudo que julga simplistamente ser a norma-padrão uma invenção das classes dominantes.

Esta é a posição de uma excepcional estudiosa do fenômeno lingüístico, que não radicaliza colocando por terra toda uma história da língua. Por sua clareza, discernimento e capacidade demonstrados, a sua obra representa, pelo equilíbrio que falta em outros autores, um verdadeiro guia para que professores e usuários possam posicionar-se diante do caos existente nos estudos de gramática normativa. Para ilustrar a magnitude dessa obra, selecionamos algumas observações que contrariam a norma prescritiva.

Enfim, *O Guia de uso do português* veio preencher, com provas concretas, baseadas em milhões de ocorrências, uma lacuna, trazendo, assim, as soluções que todos esperavam, ao contrário de uma reprodução comodista de regras que não deixavam ao usuário a possibilidade de escolha e de reflexão.

CONCLUSÃO

Verifica-se, pela exposição dos conceitos emitidos por grandes pesquisadores do ensino de língua portuguesa no Brasil, que o ensino escolar, pautado numa norma prescritiva do “certo” e do “errado”, não leva à reflexão do usuário da língua. O atual ensino, por assumir um padrão lingüístico fora da observação dos usos, não constitui um padrão real. Daí resulta o grande problema que precisa ser solucionado, com urgência. Como deve ser estabelecida a língua-padrão? Pelos manuais tradicionais, pela norma da literatura, ou como procedeu a pesquisadora Maria Helena de Moura Neves?

A autora do *Guia de uso do português* diz que o estabelecimento de um

padrão real para descrição nas escolas passa, teoricamente, por várias opções, como:

- a) o parâmetro é a linguagem do aluno, mas que o problema dessa escolha levará à inoperância;
- b) qualquer linguagem pode estar em vista, porém isso revelará demagogia;
- c) o modelo é a linguagem de maior prestígio social. No entanto, essa escolha, além da barreira da inexistência de uma medida objetiva, pode acarretar o perigo de instituição e cultivo de discriminação.

Chega a professora à conclusão de que, até pela pressão social para preservação de identidade, “há lugar para o estudo da língua-padrão na escola”.

Numa avaliação final, afirma que “a única certeza é a de que temos de ir da língua – da linguagem – para o **padrão**, ou seja, do uso para a **norma**, e não do **padrão** para a linguagem e para a **língua**, que é o que numa visão acrítica se tem feito”.

Parece-nos haver ainda muito que debater, para se chegar a um ponto de equilíbrio nessa questão de ensino escolar, uma vez que certas posições radicais irão impedir uma solução a curto prazo.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1993.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 8.ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CARVALHO, J. Herculano de. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Atlântica, 1970. tomo I
- COSERIU, Eugenio. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- ELIA, Hamilton / ELIA, Sílvio. *100 textos errados e corrigidos*. 27.ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- LESSA, Luiz Carlos. *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- MARCOS, Bagno. *Português Brasileiro?* São Paulo: Parábola, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita – atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MUSSALIM, Fernanda / BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à lingüística* vol. 1, São Paulo: Cortez, 2001.
- NETO, Raimundo Barbadinho. *Sobre a norma literária do Modernismo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- NEVES, Maria Helena de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. *Guia de uso do português*. São Paulo: UNESP, 2003.
- _____. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2003.
- PASSOS, Alexandre. *A gíria baiana*. Rio de Janeiro: São José, 1973.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a Gramática*. 3.ª ed., São Paulo: Ática, 2000.
- PRETTI, Dino. *A linguagem proibida*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 4.ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SILVA, Maria Emília Barcellos da. *O dinamismo lexical: o dizer nosso de cada dia, in Língua portuguesa em debate*. Petrópolis: Vozes, 2000.